

SUMÁRIO

Capítulo 1 • FUNÇÕES DA PENA (TEORIAS DA PENA).....	15
1.1. Introdução	15
1.2. Teorias absolutas	20
1.2.1. Crítica.....	24
1.3. Teorias relativas (prevenção geral ou prevenção especial) ou prevencionistas	25
1.3.1. Prevenção geral negativa	25
1.3.1.1. Crítica	26
1.3.2. Prevenção geral positiva	27
1.3.2.1. Crítica	29
1.3.3. Prevenção especial ou individual	32
1.3.3.1. Crítica	34
1.4. Teorias ecléticas (ou unitárias ou mistas)	35
1.5. A teoria dialética unificadora de Claus Roxin.....	37
1.6. O garantismo de Luigi Ferrajoli	39
1.7. Teorias deslegitimadoras: abolicionismo e minimalismo radical	43
1.7.1. O crime não existe: caráter definitorial do delito ...	44
1.7.2. Ineficácia preventiva ou motivadora.....	45
1.7.3. Excepcionalidade da intervenção penal – as cifras ocultas da criminalidade	46
1.7.4. Igualdade formal <i>versus</i> desigualdade material: seletividade arbitrária do sistema penal.....	47

1.7.5. Caráter consequencial (sintomatológico), e não causal (etiológico), da intervenção penal	49
1.7.6. Caráter criminógeno do sistema penal.....	50
1.7.7. Reificação do conflito (do delito): neutralização da vítima pelo sistema penal	50
1.7.8. O sistema penal intervém sobre pessoas e não sobre situações	51
1.8. Conclusão.....	52
Capítulo 2 • INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL DA PENA	57
2.1. Significado e importância	57
2.2. Individualização da pena e pessoa jurídica	61
2.3. Individualização, prevenção geral e especial, garantismo	62
2.4. Motivação da decisão segundo o novo art. 315, § 2º, do CPP.....	65
2.5. Hipóteses legais de falta ou de insuficiência de motivação.....	65
2.6. Fundamentação da individualização da pena	69
2.7. <i>Emendatio libelli</i> (conceitos, distinções, princípio da não surpresa etc.).....	71
2.8. <i>Mutatio libelli</i> (introdução, conceito, distinções)	75
2.9. Concurso de pessoas e concurso de crimes (concurso material etc.).....	77
2.10. Princípio da correlação.....	79
2.11. Pode o juiz condenar sem que haja pedido de condenação?	82
2.12. Processo e fixação da pena	86
2.13. Quando e como discutir a aplicação da pena.....	88
2.14. Princípio da insignificância e aplicação da pena	89
2.15. Pode o juiz fixar pena abaixo do mínimo legal?	91
2.16. Erros frequentes na aplicação da pena: violação ao princípio <i>ne bis in idem</i>	96
2.17. Modelo de sentença.....	100
2.18. <i>Reformatio in pejus</i> na aplicação da pena-base?.....	101

2.19. É possível agravar a pena do estupro de vulnerável com base na vulnerabilidade?	103
Capítulo 3 • MÉTODO DE FIXAÇÃO DE PENA	107
3.1. Primeira fase: fixação da pena-base.....	109
3.2. Segunda fase: fixação da pena provisória	113
3.2.1. Concurso de agravantes e atenuantes	113
3.2.2. Qualificadoras e agravantes	117
3.3. Terceira fase: fixação da pena definitiva	118
3.3.1. Causas de aumento de pena e qualificadoras: significado, distinção, incidência, concurso de majorantes, interpretação da Súmula 443 do STJ	118
3.3.2. Limites máximos e mínimos decorrentes das causas de aumento e diminuição	122
3.3.3. Concurso de causas de aumento e diminuição de pena: possibilidades	123
3.4. De como se procede ao cálculo da pena	125
3.5. Método para incidência das causas de aumento e diminuição	126
Capítulo 4 • CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS EM ESPÉCIE.....	129
4.1. Introdução	129
4.2. Culpabilidade.....	130
4.3. Antecedentes do réu.....	136
4.4. Conduta social.....	141
4.5. Personalidade do réu, princípio da não autoincriminação, direito de mentir	143
4.6. Motivos do crime.....	149
4.7. Circunstâncias e consequências do crime.....	150
4.8. Comportamento da vítima	152
Capítulo 5 • SEGUNDA FASE: FIXAÇÃO DA PENA PROVISÓRIA. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES	155
5.1. Circunstâncias agravantes em espécie	156

5.1.1.	Introdução: agravantes sem dolo?	156
5.1.2.	Reincidência.....	157
5.1.3.	Motivo fútil ou torpe.....	179
5.1.4.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime	180
5.1.5.	Traição, emboscada, dissimulação ou qualquer recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido	181
5.1.6.	Emprego de veneno, explosivo etc.	182
5.1.7.	Embriguez preordenada	183
5.1.8.	Ascendente, descendente, irmão ou cônjuge	184
5.1.9.	Contra criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	186
5.1.10.	Abuso de poder ou violação inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	187
5.1.11.	Ofendido sob proteção de autoridade	188
5.1.12.	Ocasão de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgracia particular do ofendido	188
5.1.13.	Abuso de autoridade ou prevailecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica	190
5.1.13.1.	<i>Bis in idem</i> nos crimes contra a dignidade sexual: Tema 1.215 do STJ ...	191
5.1.14.	Agravantes em concurso de pessoas	198
5.1.15.	Agente que promove, organiza a cooperação ou dirige a atividade dos demais agentes.....	198
5.1.16.	Agente que coage ou induz outrem à execução material do crime	199
5.1.17.	Agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.....	200
5.1.18.	Paga ou promessa de recompensa	200
5.2.	Circunstâncias atenuantes em espécie	203
5.2.1.	Introdução	203

5.2.2. Idade do agente	203
5.2.3. Desconhecimento da lei.....	206
5.2.4. Motivo de relevante valor social ou moral	207
5.2.5. Evitação das consequências ou reparação do dano	207
5.2.6. Coação resistível, cumprimento de ordem hierárquica etc.	208
5.2.7. Confissão espontânea	209
5.2.8. Influência de multidão em tumulto, se não o provocou	212
Capítulo 6 • CONCURSO DE CRIMES.....	215
6.1. Concurso material (ou real): pluralidade de ações e crimes	215
6.2. Concurso formal (ou ideal): unidade de ação e pluralidade de crimes.....	216
6.3. Crime continuado: pluralidade de ações e unidade de crime	218
6.3.1. Requisitos	220
6.3.2. Estupro e atentado violento ao pudor na Lei n. 12.015/2009.....	222
6.3.3. Pena.....	224
6.4. Crime continuado qualificado ou específico	225
6.4.1. Pena.....	226
Capítulo 7 • REGIMES PRISIONAIS	227
7.1. Espécies de penas privativas de liberdade e regime inicial de cumprimento de pena	227
7.1.1. Regime aberto	229
7.1.2. Regime semiaberto	233
7.1.3. Regime fechado	234
7.2. Regime Disciplinar Diferenciado.....	236
7.3. Progressão e regressão de regime	237
7.3.1. Progressão nos crimes hediondos	242
7.3.2. A nova progressão de regime – Lei n° 13.964/2019.....	244

7.3.2.1.Introdução.....	244
7.3.2.2.Crimes não hediondos	244
7.3.2.3.Crime hediondos e equiparados etc.	246
7.3.2.4.Condenada gestante e afins	247
7.4. Execução provisória da sentença.....	248
7.4.1. Introdução: execução <i>pro reo</i>	248
7.4.2. Execução provisória <i>pro societate</i>	250
7.4.3. Execução imediata das condenações do júri?....	253
7.4.4. A prisão preventiva obrigatória da lei anticrime	255
Capítulo 8 • DETRAÇÃO.....	257
8.1. Conceito e cabimento	257
8.2. Detração e medidas cautelares diversas	259
8.3. Conexão processual	260
8.4. Detração e regime inicial de cumprimento de pena	262
Capítulo 9 • REMIÇÃO	265
Capítulo 10 • LIMITE MÁXIMO DA PENA DE PRISÃO.....	271
10.1. Significado e justificação	271
10.2. Alcance	273
10.3. Superveniência de nova condenação	275
Capítulo 11 • PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	277
11.1. Introdução	277
11.2. A pena de prisão como pena alternativa	279
11.3. Requisitos para a substituição	283
11.4. A superação da vedação prevista na Lei de Drogas	290
11.5. Conversão em pena privativa da liberdade	293
11.6. Penas restritivas de direito em espécie.....	295
11.6.1. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	295
11.6.2. Interdição temporária de direitos.....	296

11.6.3. Limitação de final de semana	300
11.6.4. Perda de bens e valores	301
11.6.5. Prestação pecuniária	302
11.6.6. Substituição por prestação de outra natureza ...	303
11.6.7. Multa substitutiva.....	303
Capítulo 12 • PENA DE MULTA.....	305
12.1. Significado e crítica	305
12.2. Individualização da pena: limites máximo e mínimo	307
12.3. Pagamento e execução da multa.....	308
Capítulo 13 • ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – LEI Nº 13.964/2019	311
13.1. Introdução	311
13.2. Cabimento	313
13.3. Obrigações do investigado	318
13.4. Vedações legais	319
13.5. Procedimento, momento de sua proposição, rescisão, concurso de agentes etc.....	321
Capítulo 14 • SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA – SURSIS	325
Capítulo 15 • LIVRAMENTO CONDICIONAL	331
15.1. Conceito e requisitos	331
15.1.1. Pena igual ou superior a dois anos	333
15.1.2. Cumprimento de parte da pena	334
15.1.3. Reincidência específica em crime hediondo e afins.....	336
15.1.4. Reparação do dano.....	338
15.1.5. Presunção de não reincidência	338
15.1.6. Bom comportamento etc.....	339
15.2. Revogação do livramento	340
15.2.1. Revogação obrigatória	340
15.2.2. Revogação facultativa	341

15.2.3. Efeitos da revogação.....	341
15.3. Extinção da pena	343
Capítulo 16 • EFEITOS DA CONDENAÇÃO	345
16.1. Significado	345
16.2. Efeitos genéricos	346
16.2.1. Efeitos civis da sentença penal.....	346
16.2.2. A sentença condenatória como título executivo judicial.....	347
16.2.3. Valor mínimo indenizatório – Art. 387, inciso IV, do CPP	348
16.2.4. Efeitos civis da sentença penal absolutória.....	351
16.2.5. Confisco em favor da União dos instrumentos e produtos do crime	356
16.3. Efeitos específicos	358
16.3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	358
16.3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	359
16.3.3. Inabilitação para dirigir veículo	360
16.4. O confisco especial da Lei Anticrime	360
16.4.1. Sentença condenatória	361
16.4.2. Condenação por crime que comine pena superior a 6 anos de reclusão.....	361
16.4.3. Crimes que produzam enriquecimento ilícito	362
16.4.4. Incompatibilidade entre o patrimônio lícito e o patrimônio real.....	363
16.4.5. Pedido expresso na denúncia ou queixa	363
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	365